

# Licitação da coleta de lixo é suspensa pelo TCE

A Corte teria encontrado algumas irregularidades no processo

Marcel Scinocca

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) suspendeu nesta sexta-feira (24) o processo licitatório para a contratação de empresa especializada para execução de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais gerados em Sorocaba —, popularmente chamada de coleta de lixo. A decisão já foi comunicada à Prefeitura de Sorocaba, que publicou a medida dando ciência às empresas interessadas. A ação do TCE ocorreu após representação de supostas irregularidades no certame. A estimativa total para a execução do contrato é de mais de R\$ 200 milhões.

Conforme o despacho do conselheiro Dimas Ra-

malho, relator do processo, da forma que está, a licitação da Prefeitura de Sorocaba afronta a legislação e não favorece a prática da ampla concorrência. “Deste modo, entendo que as questões em destaque mostram-se suficientes para uma intervenção desta Corte, com o intento de suspender o prosseguimento da licitação, para análise (...), por estarem caracterizados indícios de ameaça ao interesse público”, afirma na decisão.

Ramalho fixou prazo de cinco dias para que a Prefeitura de Sorocaba apresente cópia integral do edital e dos seus anexos para que possam ser certificado que as cópias apresentadas no processo pelas empresas correspondem fielmente à integralidade do edital ori-

ginal. Esse é o mesmo prazo para que o Executivo de Sorocaba apresente as alegações e esclarecimentos que julgar oportunos com relação às denúncias.

## Queixas

Entre as reclamações, estava a ausência de planilha orçamentária, além de prazo final para fornecimento de contêineres de 180 dias e falta de realização de audiência pública em torno do tema. A aglutinação de serviços, ou seja, serviços que poderiam ser feitos em licitações diferentes, também foi alvo de queixa.

Outra empresa relatou suposto erro no cronograma de desembolso financeiro, falta de clareza quanto à possibilidade de soma de atestados de capa-

cidade técnica, falta de limitação do número de consorciadas e quantidade de veículos de coleta aquém do necessário.

A contratação também inclui o serviço de varrição e limpeza, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, transporte e demais encargos necessários à execução dos serviços. O valor total estimado do contrato é de R\$ 202.363.284,53, pelo período de 24 meses.

O TCE recebeu oito representações diferentes sobre o tema. A abertura dos envelopes com as propostas das empresas participantes da licitação estava programada para ocorrer na quarta-feira (29).

A Prefeitura de Sorocaba informou no comunicado de suspensão que a



O contrato da coleta de lixo com validade de dois anos é de mais de R\$ 200 milhões

“nova data para entrega dos envelopes e sua posterior abertura será designada oportunamente”. O documento é assinado por José Carlos Cuervo Ju-

nior, secretário de Administração. Atualmente, a coleta de resíduos em Sorocaba é feita pela empresa Consórcio Sorocaba Ambiental (CSA).



FOTO: MARCEL SCINocca (24/7/2020)

O Posto de Atendimento Central de Votorantim está em reformas desde o ano passado

## Reforma de posto fica 50% maior que previsto

A obra para reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento Central de Votorantim, embora dentro do que permite a legislação, teve custo quase 50% maior do que originalmente foi ofertado pela empresa vencedora da licitação. Houve ao menos um atraso na conclusão dos trabalhos. Com as mudanças no custo da obra, o valor final ficou quase 31% maior que a proposta mais cara entre todas as empresas que participaram da licitação. A justificativa do Executivo votorantimense é que serviços não foram previstos na elaboração do contrato.

O documento principal, assinado em 27 de novembro de 2019, previa que o custo total da obra fosse de R\$ 310.408,82. Entretanto, houve um termo aditivo, assinado em 28 de fevereiro de 2020, aumentando o valor em 49,74%. Ou seja, R\$ 154.406,26 a mais.

Com isso, o valor da reforma foi ampliado para R\$ 464.815,08, menor R\$ 798,15 do que o limite legal. A legislação permite, em caso de obra de reforma, até 50% de reajuste contratual,

dentro do que pode ser justificável. O valor é quase 31% maior que os R\$ 355.080,94, maior preço entre todas as empresas que participaram do certame.

Quase dois meses depois, em 29 de abril, houve um segundo termo aditivo, desta vez, postergando a conclusão da obra em 45 dias. Ou seja, a reforma e ampliação deveria ser concluída em 13 de junho. A reportagem recebeu informações de que, novamente, havia atraso na conclusão dos trabalhos.

Na quinta-feira (23), um caminhão ainda desenvolvia algumas atividades no local. Havia “tapumes” ou uma espécie de proteção nas cercas, típico de obras em andamento. Não é possível afirmar se o caminhão prestava serviço para a empresa contratada ou para a Prefeitura da cidade. O contrato determina que a empresa que executou a obra é responsável pela limpeza final. Uma placa fixa que indica informações sobre o prédio da farmácia anexa ao local também não havia sido substituída até a data. Na planilha de

custo, não consta o serviço na parte que trata da identidade visual.

A Secretaria de Obras e Urbanismo (Sourb) de Votorantim informou que alguns serviços não foram previstos e foi possível verificar a possibilidade apenas no decorrer da obra. “No caso de reforma, é permitido por acréscimo de até 50% do valor do contrato, justamente por ser impossível prever todos os serviços. Recurso este que foi destinado pela Secretaria da Saúde (Sesa)”, diz. Ainda de acordo com a Sourb, o projeto não foi alterado com o aditamento, e sim foram acrescidos serviços que não estavam contemplados.

A Pasta negou um segundo atraso. “O fato da não inauguração do PA do Centro foi de que Comitê Municipal de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19, preocupado com a necessidade de montagem de um hospital de campanha, solicitou ao prefeito o espaço caso houvesse a necessidade de ampliação de leitos, tendo em vista que o local oferece toda a infraestrutura”, comenta. (Marcel Scinocca)

## Transporte opera com 50% da frota

Felipe Shikama

Passada uma semana da reabertura os serviços essenciais em Sorocaba, o sistema do transporte público municipal continua operando com 50% da frota. A Urbes - Trânsito e Transportes afirma que antes da pandemia de Covid-19 a demanda de passageiros nos ônibus era de 170 mil pessoas por dia e atualmente esse número diário fica em torno de 40 mil passageiros, o que representa uma redução de 76%.

Desde meados de abril, com a queda do número de usuários em função da quarentena, a empresa pública que gerencia o transporte coletivo estabeleceu que a operação ocorra com 50% da frota neste momento de isolamento social.

As linhas com maior adensamento populacional e nos horários de pico, oferecem entre 60% a 80% da frota. Apesar da flexibilização das atividades econômicas, a manutenção do número reduzido da frota tem provocado questionamentos dos usuários, já que tende a favorecer aglomerações. Por meio de nota, a Urbes sinaliza que, no momento, não tem previsão de aumento, redução ou normalização da frota.

No início deste mês, o Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região chegou a divulgar comunicado afirmando que a Urbes Trânsito e Transportes solicitou às empresas do transporte urbano de Sorocaba a redução de 25% da frota de ônibus, o que teria como consequência imediata a demissão de quase 350 trabalhadores em transportes. Na nota, a entidade sindical prometeu fazer uma série de protestos para tentar reconsiderar a decisão. Ontem o sindicato



VINICIUS FONSECA

Somente metade da frota circula em Sorocaba

foi questionado sobre essa suposta redução e uma eventual negociação com as empresas, mas não respondeu a reportagem.

## Auxílio às empresas

Diante da queda da demanda de passageiros por conta da pandemia, o governo municipal aumentou em cerca de 30% o subsídio ao transporte coletivo. Além disso, as duas empresas que operam no sistema, a STU e Consor, passaram a ser remuneradas pela Prefeitura por quilômetro rodado e não por passageiro transportado, como previam os contratos de concessão para a prestação do serviço. A mudança temporária na forma de remuneração ocorreu em maio com efeito retroativo ao dia 21 de março e prosseguirá enquanto durar a pandemia.

## STU

O novo contrato emergencial da Prefeitura de Sorocaba com a empresa STU, que opera o lote 2 do sistema de transporte público municipal, será no valor total de R\$ 46 milhões ou R\$ 9,2 milhões por mês até o final deste ano, informou ontem a Urbes.

De acordo com a Secretaria de Administração, o contrato ainda não foi assinado, pois está sob análise jurídica e deverá, e deverá prever “novas diretrizes” de prestação do serviço. O contrato vigente da Prefeitura com a STU vence no próximo dia 3 de agosto. Segundo a Urbes, o contrato emergencial prevê que o serviço de transporte coletivo oferecido pela empresa seja cumprido até o final deste ano, quando será realizada nova licitação para o lote 2 do sistema em Sorocaba.

O novo contrato, diz a Prefeitura, foi ajustado à nova realidade do transporte coletivo em razão da pandemia, conforme previsto no decreto municipal nº 25.785, de 17 de junho de 2020, que determina economia em todos os contratos a fim de conter despesas do município e garantir a sanidade financeira dos cofres públicos. “Dessa forma, estamos dentro das condições financeiras para menor impacto aos cofres públicos neste momento de pandemia e de maiores dificuldades econômicas”, disse Gilmar Tadeu, secretário de Mobilidade e Desenvolvimento Estratégico e diretor-presidente da Urbes.



LIGA SOROCABANA  
DE COMBATE AO CÂNCER

TAUSTE  
FUNDAÇÃO UNIAZUL  
DE APOIO SOCIAL

30.08.2020  
das 12h às 15h

**11ª Feijoadada da Liga**

**RETIRE O SEU MARMITEX PELO SISTEMA DRIVE THRU! • R\$50,00 •**

**Cardápio:**  
Feijoadada, arroz,  
couve e farofa

**VENDAS:** 3342-3320 | 98166 0093

APOIO:

